

**Webinar**

**SINDIROCHAS**

**Decisão judicial – Taxa de  
Utilização do Siscomex**

**Janeiro\_2021**

w w w . d a . a d v . b r



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

**Rogério David - Advogado. Mestre em Direito (UNI-RIO). Especialista em Direito Tributário pela PUC-RJ e em Direito Privado pela UFF-RJ. Sócio do escritório David & Athayde Advogados. Palestrante em eventos jurídicos e empresariais.**

**Lucas Sanson - Advogado. Especialista em Direito Tributário. Procurador Jurídico Legislativo. Sócio do escritório David & Athayde Advogados.**

**Daniel Soares Gomes - Advogado. Mestrando em Contabilidade e Finanças pela UFES. Especialista em direito tributário pela FDV. Sócio do escritório David & Athayde Advogados.**

w w w . d a . a d v . b r



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

# **Sumário**

- 1. O que é a Taxa de Utilização do Siscomex**
- 2. Majoração indevida - valores**
- 3. Decisão judicial definitiva na ação coletiva**
- 4. Procedimento para recuperação do indébito**
- 5. Pagamentos futuros**
- 6. Perguntas**



# O que é a Taxa de Utilização do Siscomex

Taxa = espécie de tributo

Fato gerador: o exercício regular do poder de polícia (poder fiscalizatório), ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Taxa de Utilização do Siscomex: É um tributo devido no ato do registro da Declaração de Importação (DI) no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), cujo pagamento é debitado em conta corrente.

Fato gerador: Utilização do SISCOMEX (ou seja, utilização efetiva de serviço público específico e divisível)

Base legal: Lei nº 9.716/1998, Decreto nº 6.759/09,  
Instrução Normativa SRF nº 680 e  
Portaria MF nº 257, de 20 de maio de 2011\*



# O que é a Taxa de Utilização do Siscomex

### Histórico de atualização dos valores

Lei nº 9.716/1998

**R\$ 30,00** (trinta reais) por Declaração de Importação;

**R\$ 10,00** (dez reais) para cada adição de mercadorias à Declaração de Importação, observado limite fixado pela Secretaria da Receita Federal.

Obs.: O artigo 3º, § 2º, desta lei, autorizou o reajuste anual desses valores, mediante ato do Ministro de Estado da Fazenda, conforme a variação dos custos de operação e dos investimentos no SISCOMEX.

Portaria MF nº 257, de 20 de maio de 2011

**R\$ 185,00** (cento e oitenta e cinco reais) por DI;

**R\$ 29,50** (vinte e nove reais e cinquenta centavos) para cada adição de mercadorias à DI, observados os limites fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)



# Decisão judicial – Taxa Siscomex

## Majoração indevida

O reajuste estabelecido pela Portaria MF nº 257, de 20 de maio de 2011 foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”).

- Violação ao princípio da legalidade tributária (art. 150, I, da CF);
- A Portaria (ato infralegal) reajustou os valores sem as balizas mínimas e máximas fixadas em lei.

Taxa	Lei 9.716/98	Portaria MF 257/2011	Porcentagem de aumento
por DI	R\$ 30,00	R\$ 185,00	517%
por Adição à DI	R\$ 10,00	R\$ 29,50	195%
Taxa Siscomex por DI	R\$ 40,00	R\$ 214,50	436%



# Decisão judicial – Taxa Siscomex

## Majoração indevida

Resumo da decisão definitiva do STF:

EMENTA Recurso extraordinário. Tributário. Taxa de utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX). Majoração da base de cálculo por portaria ministerial. Delegação legislativa. Artigo 3º, § 2º, da Lei nº 9.716/1998. Princípio da legalidade. Ausência de balizas mínimas definidas em lei. **Atualização. Índices oficiais. Possibilidade.** Existência de repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência da Corte sobre o tema.

(RE 1258934 RG, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, julgado em 09/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-102 DIVULG 27-04-2020 PUBLIC 28-04-2020)

Possibilidade de atualização dos valores por índices oficiais pelo Poder Público.

O Ministério da Economia, por intermédio do órgão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, publicou o PARECER SEI Nº 12968/2020/ME, recomendando a aplicação do **IPCA** para fins de atualização monetária do valor disposto na Lei nº 9.716, de 1998.



DAVID &  
ATHAYDE  
ADVOGADOS

# Decisão judicial – Taxa Siscomex

## Ação Judicial Coletiva (SINDIROCHAS)

**Mandado de Segurança nº 5006344-82.2019.4.02.5001**

**Data do ajuizamento:** 02/04/2019

**Data do trânsito em julgado (encerramento definitivo):** 21/10/2020

### **Direito obtido:**

- i) De os Associados não se submeterem ao recolhimento da Taxa de Utilização do Siscomex com a aplicação do reajuste previsto na Portaria MF 257/2011, devendo adotar para tal recolhimento os valores definidos pela Lei nº.9.716 de 1998, com a atualização dos valores pelos índices de correção monetária oficiais;
- ii) De recuperar e compensar os valores recolhidos a maior desde 02/04/2014, com correção pela Taxa Selic;

**Abrangência:** Importações realizadas pelo Estado do Espírito Santo (ALF/VIT).



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

# Decisão judicial – Taxa Siscomex

## Ação Judicial Coletiva (SINDIROCHAS)

**Mandado de Segurança nº 5006344-82.2019.4.02.5001**

	Valor originário	Valor majorado pela União (cobrado desde 2011)	Valor reduzido por decisão judicial	Economia aproximada
DI	R\$ 30,00	R\$ 185,00	R\$ 67,87	64%
Adição	R\$ 10,00	R\$ 29,50	R\$ 22,62	24%

Exemplo:

Antes: 1 registro + 1 adição = R\$ 214,50

Atualmente: 1 registro + 1 adição = R\$ 90,49

Economia: R\$ 124,01 (43%)



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

## Decisão judicial – Taxa Siscomex

Valores atuais reduzidos com aplicação do IPCA

	Fixação Original	Majoração	IPCA do Período	Valor Original	Valor Majorado <sup>1</sup>	Valor Limitado pelo IPCA
DI	jan/99	mai/11	2,26244730	30,00	185,00	67,87
até a 2ª adição	jan/99	mai/11	2,26244730	10,00	29,50	22,62
da 3ª à 5ª	out/06	mai/11	1,27575000	8,00	23,60	10,21
da 6ª à 10ª	out/06	mai/11	1,27575000	6,00	17,70	7,65
da 11ª à 20ª	out/06	mai/11	1,27575000	4,00	11,80	5,10
da 21ª à 50ª	out/06	mai/11	1,27575000	2,00	5,90	2,55
a partir da 51ª	out/06	mai/11	1,27575000	1,00	2,95	1,28



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

# Decisão judicial – Taxa Siscomex

## Recuperação do crédito

- i) Apurar e planilhar os valores desde 02/04/2014 (quantidade de DI e adições);
- ii) Protocolar requerimento junto a RFB (procedimento de habilitação do crédito). O procedimento é feito via e-Cac e o prazo de análise do pedido é de 30 dias;
- iii) Após autorização da RFB, promover a compensação do crédito com outros tributos federais por intermédio do programa PER/DCOMP.

Norma correlata: Instrução Normativa RFB 1.717/2017



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

# Decisão judicial – Taxa Siscomex

## Pagamentos futuros

**Requerimento do Sindirochas junto a Alfândega/RFB: nº 13031.591202/2020-9**

**Objeto:** Dar ciência ao Inspetor da decisão judicial e requerer a adequação do sistema para fins de registro e pagamento do novo valor.

**Status** (20/01/21): Encaminhado ao Sedad (Serviço de Despacho Aduaneiro) para informar quanto a eventual ajuste no preenchimento das DI por parte dos associados do Sindirochas.



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

## Decisão judicial – Taxa Siscomex

O Escritório [David & Athayde Advogados](#) presta serviços de Recuperação de Créditos Tributários.

Para a recuperação dos créditos referente aos pagamentos da Taxa SISCOMEX, o Escritório possui uma equipe preparada para assessorar os associados do SINDIROCHAS a exercer esse direito.

Basta nos contatar pelos e-mails: [rogerio@da.adv.br](mailto:rogerio@da.adv.br), [lucas@da.adv.br](mailto:lucas@da.adv.br) e [daniel@da.adv.br](mailto:daniel@da.adv.br) que enviaremos as demais informações necessárias.



DAVID &  
ATHAYDE  
ADVOGADOS

### **David & Athayde Advogados atua nas seguintes áreas:**

- **Administrativo**
- **Planejamento Patrimonial**
- **Compliance e Integridade Corporativa**
- **Direito do Consumidor**
- **Contratos Empresariais**
- **Societário**
- **Recuperação de Crédito**
- **Comércio Internacional e Direito Aduaneiro**
- **Relações de Trabalho**
- **Contencioso**
- **Direito Minerário**
- **Tributário**
- **Direito regulatório**



# Decisão judicial – Taxa Siscomex

**OBRIGADO!**

**Dúvidas?**

[rogerio@da.adv.br](mailto:rogerio@da.adv.br), [lucas@da.adv.br](mailto:lucas@da.adv.br) e [daniel@da.adv.br](mailto:daniel@da.adv.br)

## Brasil

**Rio de Janeiro – RJ**

**+55 (21) 2532-5809**

Rua Sete de Setembro, nº 43,  
Grupo 1.203 - Centro  
CEP 20.050-003

**Vitória - ES**

**+55 (27) 3345-0012**

Rua José Alexandre Buaiz,  
n. 300 Grupo 607 Ed. Work  
Center - Enseada do Suá  
CEP 29.050-545

**São Paulo - SP**

**+55 (11) 4328-8555**

Rua Funchal, 411 –  
4º andar  
Sala 22 - Vila Olímpia  
CEP 04.551-060

**Cachoeiro de Itapemirim - ES**

**+55 (28) 3521-6192**

Rua 25 de Março, n. 05  
Grupo 501 - Centro  
CEP 29.300-100

## Canadá

**Montreal, QC**

**+1 (438) 408-3133**

[pablo@da.adv.br](mailto:pablo@da.adv.br)



[www.da.adv.br](http://www.da.adv.br)



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS